

**DILEMAS ATUAIS RUMO AO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: IMPASSES DA INDÚSTRIA DO
VESTUÁRIO E DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NO ALTO VALE DO
ITAJAÍ – SANTA CATARINA – PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL.**

Elaine Cristina de Oliveira Menezes

Universidade Federal de Santa Catarina

e-mail: eoliveira.menezes@gmail.com

Paulo Henrique Freire Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: vieira.p@cfh.ufsc.br

1 Introdução

O complexo industrial têxtil-vestuarista contribuiu, significativamente, para o processo de formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina. Esse complexo industrial é parte de um segmento tradicional e vem, nas últimas décadas, conforme Lins (2005), sofrendo inúmeras transformações em função da abertura econômica e das pressões do mercado mundial, o que culminou na reconfiguração da atividade dentro do seu próprio território. Assim, essa reconfiguração acarretou no processo de interiorização do segmento, especialmente do Médio Vale do Itajaí em direção ao Baixo e Alto Vale do Itajaí, bem como para outras macrorregiões do estado de Santa Catarina.

Todas essas transformações vêm, também, sendo alvo de inúmeras discussões sobre o esgotamento do chamado *modelo de desenvolvimento catarinense* (VIEIRA; CUNHA, 2002; LENZI, 2000). Esse debate é reflexo, com efeito, dos inúmeros desafios que são colocados às estruturas produtivas atuais, uma vez que os padrões de desenvolvimento requerem do setor produtivo uma perspectiva mais ampla de atuação, que contemple aspectos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais do desenvolvimento. Além disso, verifica-se um aumento progressivo da pressão do setor secundário sobre o primário em inúmeras regiões brasileiras. O caso catarinense,

embora em menor proporção em função da sua característica geográfica, também vem apresentando tal pressão.

Nesse sentido, este artigo visa a elucidar a evolução da trajetória percorrida pela atividade têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale Itajaí. Busca, também, aprofundar o estudo acerca da sua estrutura e sua organização, além de identificar os principais impactos desse segmento sobre as propriedades e atividade agrícola. Dentro desse prisma, buscou-se refletir, neste trabalho, “quais são os impactos mais significativos do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí sobre o contexto da atividade agrícola, a fim de identificar os entraves existentes dentro do quadro de evolução da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí à incorporação das preocupações com a dimensão socioambiental do desenvolvimento”.

Assim, apresenta-se uma visão cursiva da metodologia e do enfoque analítico adotado, bem como os resultados subdivididos nas seguintes seções: trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e estrutura da aglomeração industrial têxtil-vestuarista; limites e avanços do aglomerado têxtil-vestuarista; principais impactos socioambientais dessa indústria sobre a atividade agrícola; e, por fim, as principais conclusões. Então, a partir dessa reflexão inicial, apresentam-se, a seguir, as principais orientações metodológicas que balizaram este artigo.

2 Aspectos metodológicos

Este estudo é do tipo empírico e vale-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se, também, como um estudo exploratório-descritivo-analítico. Exploratório-descritivo, pois pretende descrever as características do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987). Objetiva, ainda, a não apenas configurar e diagnosticar a organização do segmento de confecções da microrregião do Alto Vale do Itajaí, mas também identificar os impactos socioambientais da atividade têxtil-vestuarista sobre o território, as dificuldades e potencialidades das empresas em internalizar os custos sociais dessa atividade. Analítico, pois está fundamentado pelo enfoque teórico-analítico do Desenvolvimento Territorial Sustentável, que recupera elementos de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

É preciso destacar que a região do Alto vale do Itajaí é composta de 28 municípios. Todavia, dentre esse municípios a pesquisa de campo focou-se em 12 deles, cuja participação do segmento vestuarista no emprego formal total seja superior a 12% (RAIS, 2006). Tal grupo de municípios contemplou 85% do espectro de empresas do setor do vestuário da região. No que tange ainda aos aspectos qualitativos da coleta de dados, verifica-se a participação de 86 atores-chave entrevistados. Dentre eles constam: representantes de instituições municipais – prefeituras e associações; representantes de instituições regionais como Secretarias de Desenvolvimento regional, Associação de Municípios, ONGs, Órgãos Ambientais, Instituições de ensino e formação ligadas ao setor; representantes de outras instituições, bem como empresas do setor, sindicatos, faccionistas – formais e informais e agricultores.

Os critérios de seleção dos atores-chave entrevistados foram estabelecidos a partir dos estudos exploratórios realizados na região em foco, somado a estrutura metodológica que se fundamentou nas três dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável – DTS. O DTS é entendido neste trabalho como um estilo de desenvolvimento que complexifica e integra as perspectivas teóricas do desenvolvimento territorial e do ecodesenvolvimento. Dessa forma, as dimensões do desenvolvimento contempladas foram: a socioeconômica (fundamentada nos conceitos de arranjos produtivos locais); a sociopolítica (fundamentada no conceito de governança); e a socioambiental (fundamentada no conceito de sustentabilidade e impacto socioambiental). Os estudos exploratórios, somados a tais orientações teórico-metodológicas apontarem no sentido de identificar os principais envolvidos com o problema, além do que, a estada na região, por cerca de oito meses, possibilitou a avaliação direta da necessidade de inserção de novos atores-chave no decorrer da pesquisa de campo.

Quanto aos elementos quantitativos, a pesquisa também contou com a avaliação de dados estatísticos, o que possibilitou a complementação dos dados obtidos junto às entrevistas, principalmente na fase do estudo exploratório. Além desses procedimentos metodológicos, a pesquisa contou com a contribuição de dados secundários, especialmente com a obtenção de trabalhos de pesquisa já realizados na área em questão, bem como de informações obtidas em periódicos, revistas, jornais, entre outros.

A análise e a interpretação dos dados contemplaram, por conseguinte, as seguintes etapas: i) *descritiva*, relativa à trajetória de desenvolvimento socioeconômico da

microrregião e da aglomeração industrial, que aponta para suas características socioeconômicas; ii) *explicativa*, que buscou integrar a avaliação dos principais impactos socioambientais dessa indústria sobre o território e seus reflexos sobre a atividade agrícola; iii) *prospectiva*, por meio da qual se buscou avaliar os principais obstáculos gerados pela aglomeração industrial ao desenvolvimento do território, os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais gerados por essa indústria. Assim, a seguir, apresentam-se os principais aportes teóricos que sustentaram e fundamentaram a análise desta pesquisa.

3 Desenvolvimento territorial sustentável: a problemática socioambiental e a perspectiva territorial em debate

O interesse crescente, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, pela compreensão da dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos, em âmbito local, esteve atrelado a inúmeras mudanças surgidas no ambiente econômico globalizado. Essas transformações apontam, efetivamente, no sentido da superação do modelo fordista, mediante novas formas de organização industrial. Destaca-se que havia uma primeira forma que mantinha, nas unidades fabris de grande porte, o ponto de referência central para uma reorganização produtiva; e a segunda tomou por base as dinâmicas locais, sendo a experiência italiana o ponto de partida de uma mudança paradigmática.

A inspiração e a experiência dos sistemas produtivos locais possibilitaram a identificação de novos elementos de análise sobre a eficiência dos sistemas de produção em âmbito mundial. Assim, é preciso destacar que a compreensão de tais experiências trouxe à tona novas formas de concepção das relações econômicas. Dentro desse prisma, no contexto de emergência desses formatos socioprodutivos observou-se a combinação entre mercado e reciprocidade dando, efetivamente, lugar a uma prática, a uma realidade territorial na qual o componente identitário se destacava, e colocava em xeque um dos princípios básicos da economia política clássica: a separação entre o econômico e o social. As primeiras experiências, reconhecidas internacionalmente, desse tipo de dinâmica industrial foram os distritos industriais italianos (COURLET e SOULAGE, 1994).

Não se pode, entretanto, menosprezar o peso das controvérsias científicas suscitadas pelos estudos sobre as experiências da *Terza Itália*. Todavia, de acordo com

Veiga (2006), observou-se que tais discussões não chegaram a evidenciar, necessariamente, as razões da existência de maior ou menor dinamismo econômico em territórios específicos. Além disso, a experiência italiana está inserida numa dinâmica que, em alguns casos, não poderá ser extrapolada para todas as localidades ou países do mundo. No caso italiano, verifica-se “uma fortíssima correlação entre a distribuição espacial da economia ‘difusa’, que caracterizava suas províncias mais dinâmicas, e a intensidade das formas familiares de agricultura” (VEIGA, 2006, p. 09). Nesse sentido, a relação entre os mecanismos das indústrias emergentes, na Terceira Itália, se combinou com a dinâmica da atividade do campo. Constata-se, obviamente, aqui a presença de componentes específicos de uma organização municipal da região Centro-Norte italiana, a qual tem origem na Idade Média, com importante divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, o que acabou por propiciar um ambiente favorável a esse tipo de dinâmica territorial.

Apesar de seus limites, a experiência italiana pode ser tomada como exemplo de uma estratégia exitosa de industrialização descentralizada e endógena. Essa experiência resgata, por conseguinte, aspectos importantes da vida econômica em “sociedade”. Assim, os modos de regulação e governança são elementos-chave para se pensar esse tipo de organização territorial que ultrapassa o limite da simples organização econômica do território. São esses modos de governança que constituem, efetivamente, canais propícios à formação de uma consciência ecossocioeconômica que poderia alavancar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. E, através da governança, é possível, ainda, identificar a possibilidade de maior equilíbrio entre atividades do campo e atividades industriais. Governança é aqui compreendida como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico (BOURQUE, 2000).

Dando continuidade à definição dos principais conceitos que correspondem aos elementos do campo do desenvolvimento territorial, foram identificadas três linhas de aprofundamento: **distritos industriais** ou sistemas produtivos locais (BECATTINI, 1999; PIORE; SABEL, 1984; BAGNASCO, 1999; BENKO, 2001; COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001), *milieu innovateur* (MAILLAT, 1995), e *clusters* (MARSHALL, 1982; PORTER, 1999; SCHMITZ, 1997). Assim, a corrente centrada no conceito de *distrito industrial* ressalta a emergência de um tecido social propício à cooperação que esteja articulado à identidade sociocultural dos atores; já a de

milieu innovateur tende a enfatizar os processos de inovação técnica e aprendizagem que se estabelecem em virtude da proximidade entre as firmas; e, por fim, a corrente centrada no conceito de *cluster* integra as duas primeiras e enfatiza o fenômeno da competitividade das indústrias.

Essa elaboração conceitual remonta, por conseguinte, à discussão que teve início, na década de 1970, em torno de um padrão de organização industrial estudado por Marshall na Inglaterra, o que contribuiu, efetivamente, para a maturação do conceito de desenvolvimento territorial. É preciso destacar que, no Brasil, as dinâmicas das aglomerações industriais são, muitas vezes, denominadas “arranjos produtivos locais - APL” (LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Salienta-se, ainda, que a mobilização do conceito de APL surge da contribuição das três abordagens destacadas anteriormente. Esse tipo de organização industrial é, contudo, definido de forma a adaptá-lo à realidade brasileira, e, para isso, toma-se por base a contribuição de pesquisadores brasileiros vinculados à RedeSist, bem como de pesquisadores franceses que operam com o conceito de sistema produtivo local (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Dessa perspectiva, um arranjo é definido como uma aglomeração produtiva territorial em estágio intermediário de evolução (uma aglomeração industrial caracteriza-se, neste artigo, como a concentração de firmas, em determinado espaço geográfico ou região, relacionadas a um determinado setor); e um SPL, como o último estágio do ciclo de vida de um APL, ou seja, de um sistema produtivo local que pode ser definido como uma configuração de empresas, geralmente micro e pequenas empresas – MPEs, reagrupadas em torno de uma atividade na qual as empresas conservam as relações entre elas e o meio sociocultural em que estão inseridas. Tal sinergia produz, com efeito, externalidades positivas para o conjunto de empresas que a compõem, e também para o conjunto do território correspondente (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é, pois, a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, que envolve relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; REDESIST, 2007).

O outro eixo de aprofundamento analítico tem, com efeito, como base o conceito de sustentabilidade que designa uma variedade de objetivos ecológicos, como preservação da diversidade genética, sociais: necessidades básicas humanas, mas

mantendo os processos ecológicos essenciais e sistemas suporte de vida; e econômicos: assegurar a utilização sustentável das espécies e ecossistemas. A partir desse conceito, buscou-se concentrar na avaliação de quais são os avanços e obstáculos à internalização dos custos socioambientais da atividade de produção têxtil-vestuarista. Para tanto, o conceito de avaliação de impactos socioambientais contribuiu para denotar o conjunto de procedimentos que permite uma compreensão sistêmica das consequências prováveis sobre o meio ambiente biofísico e construído das atividades que levam ao crescimento socioeconômico. Segundo Sánchez (1989), a avaliação de impactos ambientais é uma forma de identificar e avaliar os efeitos físicos, biológicos e socioeconômicos de maneira a permitir uma tomada de decisão lógica e racional.

Destaca-se, ainda, que os impactos sociais nem sempre vêm sendo devidamente considerados nas avaliações convencionais de impacto socioambiental. Ressalta-se que uma avaliação de impacto social mais ampla deve levar em conta as dimensões da saúde coletiva, da perda da diversidade cultural, da educação, da cidadania ambiental e das questões de gênero, entre outras. No impacto social das ações produtivas, devem-se considerar todos os assuntos que afetam pessoas, diretamente ou indiretamente, seja no ambiente familiar, seja no convívio social mais amplo (VANCLAY, 2003).

Para Vanclat (2003), uma opção mais consistente para conceituar os impactos socioambientais das atividades produtivas deveria considerar: i) o modo de vida e a cultura; ii) a dinâmica do sistema político; iii) a saúde e a qualidade de vida; iv) as aspirações e o potencial de autonomia ou *self-reliance*. Cabe destacar que o termo *self-reliance* define, aqui, a integração dos princípios da participação e da solidariedade, uma vez que visa à concretização de um estilo mais endógeno de desenvolvimento local (GALTUNG, 1977). Assim, no roteiro metodológico adotado, foram incorporados, contudo, apenas os atributos de algumas mudanças que a região vem enfrentando a partir da consolidação da atividade têxtil-vestuarista, a saber: as mudanças nas condições de trabalho e nos modos de vida em família e em sociedade, além da qualidade socioambiental.

Portanto, a base teórica que deu suporte à pesquisa, proposta neste artigo, evidencia como eixo central e aglutinador o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, introduzido, aqui, para designar um enfoque de planejamento e de gestão centrado na elaboração de estratégias que integram os aspectos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais do processo modernizador. Ou seja, concebe-se que o desenvolvimento territorial sustentável é um estilo de desenvolvimento sistêmico, que

coloca em primeiro plano o desvelamento das relações de interdependência entre os diferentes aspectos da realidade socioambiental, e que complexifica o enfoque clássico de *ecodesenvolvimento*; agrega, também, elementos constitutivos da abordagem do desenvolvimento territorial e as suas contribuições, como expostos acima.

Dessa forma, a matriz teórico-analítica baseou-se no esforço de elucidação dessas relações de interdependência envolvendo as dimensões socioeconômica, sociopolítica e socioambiental, além dos circuitos de auto-organização e das conexões transescalares do segmento produtivo em estudo, principalmente sua conexão entre e intrasetorial. Compreende-se que se um território se aproxima da integração das dimensões do desenvolvimento socioeconômica, sociopolítica e socioambiental, - destaca-se que não significa a soma entre as dimensões acima citadas, mas a interface delas – mais próximo estará de um estilo de desenvolvimento integrado. Embora o tema proposta tenha uma larga abrangência em termos de teorias e conceitos mobilizados, consideramos frutífera as relações e incorporações teóricas aqui propostas, pois contribuíram tanto para a coleta de dados, quanto para a análise dos mesmos. Sem contar que o fenômeno do desenvolvimento é um objeto de pesquisa complexo e merece a inserção de inúmeras facetas e enfoques.

Dessa forma, por meio da utilização seletiva do instrumento de avaliação de impactos socioambientais, do impacto desse segmento sobre a agricultura, de trajetórias de desenvolvimento e da avaliação sistemática dos dados busca-se apresentar uma visão panorâmica das repercussões da atividade têxtil-vestuarista na esfera do mercado e no campo de interação com outros setores produtivos, na gestão da qualidade de vida das pessoas, e também da resiliência ecossistêmica. Nesse sentido, adota-se uma abordagem que integra as questões relativas à articulação empresarial, interinstitucional e intrasetorial no debate sobre a crise socioambiental contemporânea e no impacto socioambiental das ações produtivas do segmento têxtil sobre o setor agrícola. Assim, na seção seguinte, apresentam-se os principais resultados da pesquisa.

4 Trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e estrutura da aglomeração industrial têxtil-vestuarista

A ocupação do Alto Vale do Itajaí mobilizou imigrantes alemães e italianos na exploração de pequenas propriedades, concentradas, inicialmente, no município de Rio do Sul. Na época da chegada dos imigrantes, em 1850, o Vale do Itajaí, e especialmente o Alto Vale, era povoado pelos índios Xokleng. Durante o processo de ocupação e

colonização, estima-se que dois terços da população indígena tenha sido dizimada. Os poucos remanescentes que habitam, atualmente, a Reserva Duque de Caxias, localizada em José Boiteux, permanecem excluídos das dinâmicas de desenvolvimento regional (ZANELLA, 2007; MENEZES, 2009).

Destaca-se, ainda, que os imigrantes dedicaram-se, inicialmente, à agropecuária de subsistência e à extração vegetal (madeira). As atividades primárias impulsionaram, posteriormente, o surgimento de um parque industrial centrado na produção de alimentos e de madeira que se mantém, até hoje, em vários municípios. Salienta-se que a bagagem cultural trazida pelos imigrantes alemães e italianos contribuiu significativamente para a consolidação da trajetória de crescimento socioeconômico sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1: Fases do processo de formação socioeconômica do Alto Vale do Itajaí

Periodização e evolução da socioeconomia do Alto Vale do Itajaí				
	1850 - 1920	1920 – 1960	1960 - 1990	1990 - 2000
Ênfase	-Processo de formação das vilas; -Economia de subsistência e cooperação (extrativismo/agricultura).	-Extrativismo madeireiro; -Agricultura e cooperativismo; -Surgimento de alguns poucos setores.	-Crise do setor madeireiro; -Busca de alternativas para a região; -Surgimento das primeiras empresas do segmento – fruto da proximidade com o Médio Vale.	-Ascensão e proliferação de MPes do setor têxtil-vestuarista; -Fortalecimentos de outros setores.
Problemas	-Indígenas; -Dificuldade de transporte.	-Indígenas; -Dificuldade de transporte e acesso a energia elétrica.	-Êxodo das pessoas e de empresas/capitais.	-Êxodo agrícola; -Enfraquecimento da cultura e cooperativismo local.

Fonte: Elaborado pela autora baseado na pesquisa de campo

O Quadro 1 apresenta, portanto, uma síntese da trajetória de desenvolvimento do Alto Vale até os anos 2000. Cabe destacar que o isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas ali sediadas produzissem quase tudo de que necessitavam para sobreviver. Somado à economia agropecuária de subsistência, o setor madeireiro foi fortalecido pela abundância de florestas e tornou-se, desse modo, o principal motor da economia no período seguinte ao da colonização. A partir das mudanças na legislação ambiental e do esgotamento progressivo dos recursos florestais, o ciclo madeireiro entrou, todavia, em decadência. A reconfiguração socioeconômica acarretou, com efeito, o surgimento de outros setores, a exemplo do metal-mecânico; do

têxtil-vestuarista; do madeireiro, centrado no reflorestamento com espécies exóticas; e da agroindústria; além do terciário, centrado no turismo.

A proximidade de Blumenau (Médio Vale do Itajaí) criou, efetivamente, condições propícias à criação e à consolidação do setor têxtil-vestuarista a partir de 1980. Assim, a relação com a microrregião do Médio Vale do Itajaí, através de processos de subcontratação e troca de conhecimento, fortaleceu o processo de proliferação da dinâmica produtiva do segmento têxtil-vestuarista no Alto Vale do Itajaí. Insiste-se, desse modo, no reconhecimento da importância econômica desse setor intensivo em mão de obra, em função do aparecimento de inúmeras micro e pequenas empresas - MPEs, muitas facções informais, que entram e saem do mercado de acordo com as oscilações do ambiente econômico nacional e internacional.

A partir da análise do funcionamento da aglomeração industrial têxtil-vestuarista, verifica-se que o perfil do parque industrial apresenta predominância das micro e pequenas empresas, com reduzida divisão do trabalho. Constatou-se que muitas delas especializaram-se na atividade de costura e acabamento; carecem, por isso, do apoio de unidades de fornecedores especializados à jusante e à montante. Apesar disso, o índice de concentração industrial é considerável, com um coeficiente locacional superior a dois.

No que tange ao mercado de trabalho, a pesquisa revelou, de maneira geral, que a mão de obra empregada, nesse segmento, é oriunda de áreas em que predomina a agricultura familiar. Assim, a mão de obra disponível apresenta um nível ainda reduzido de especialização no setor. Esse fato tem acarretado, com efeito, na rivalidade entre as firmas, em busca de trabalhadores cada vez mais especializados. Além desse fato, observa-se certa desorganização do ponto de vista sindical, pois a região é regida por três sindicatos: o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí - SITTEV, o Sindicato dos trabalhadores de Rodeio e o Sindicato dos trabalhadores de Agrolândia. Cabe, ainda, destacar que o mercado de trabalho do setor, na microrregião, dispõe predominantemente da força de trabalho feminina, em sua maioria jovens estudantes.

Quanto à densidade do processo de inovação tecnológica, constata-se que as empresas que mobilizam tecnologias de ponta convivem com aquelas que operam nos moldes tradicionais. Desse modo, essa convivência gera problemas de cunho estrutural do setor, e é sentida, principalmente, pelas facções informais. Destaca-se, também, a

ausência de institutos de pesquisa e desenvolvimento. As escolas de formação que existem na microrregião disponibilizam, sobretudo, cursos de gestão, mas eles não contemplam as demandas específicas geradas pela conjuntura socioeconômica atual. No que se refere aos cursos de formação técnica, observa-se que, na maioria dos casos, eles vêm sendo realizados nas próprias empresas.

Nesse sentido, do ponto de vista estrutural, apesar de as empresas estarem concentradas no Alto Vale do Itajaí, elas continuam a operar bastante defasadas no que diz respeito à instrumentalização técnica. Além disso, as redes de formação e de qualificação profissional pouco têm contribuído para a consecução de sinergias entre as empresas. A seguir, apresentam-se os principais resultados quanto aos padrões de articulação e impactos socioambientais desse segmento.

5 Principais impactos do setor secundário no setor primário do Alto Vale do Itajaí

Guardando sintonia com as concepções de Vanclay (2003), na avaliação de impactos sociais gerados pelo desenvolvimento têxtil-vestuarista no Alto Vale, incluiu-se, inicialmente, as transformações sofridas pelo setor agrícola. Nos últimos anos, o segmento têxtil-vestuarista tem atraído a atenção dos agricultores familiares – homens e mulheres – pelo fato de representar uma alternativa viável às duras condições de sobrevivência no campo, atualmente. Em decorrência do engajamento na dinâmica do segmento têxtil-vestuarista e de um contato mais intenso com os centros urbanos, eles vêm modificando, sensivelmente, suas visões de mundo e seus estilos de vida. As mulheres, geralmente habituadas a cuidar da casa, dos filhos e das atividades de ordenha, passaram a trabalhar fora da propriedade, e a dispor, às vezes, de melhores remunerações do que os próprios cônjuges. Nesse sentido, vem sendo criada uma nova forma de organização das unidades de produção agrícola. Assim, as ambivalências geradas pela consolidação desse novo cenário estão retratadas nos depoimentos seguintes:

O segmento de confecções vem gerando demanda de mão de obra do campo. O ponto negativo desse fato é que esses trabalhadores rurais deixam o campo para as cidades para trabalhar no setor de confecções, com isso eles perdem as suas origens, além da precarização do trabalho nessas atividades de fabricação. As propriedades agrícolas em alguns casos viraram sítios, ou seja, não há continuidade das atividades por parte dos filhos dos agricultores. O ponto positivo dessa atividade é a diminuição da degradação ambiental pelo fato das propriedades deixarem de ser produtivas (representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí - APREMAVI).

No longo prazo, é restritiva a atividade agrícola. Vejo o turismo rural como uma alternativa mais adequada. A longo prazo, o fato de haver essa migração do setor agrícola para a indústria acarretará a urbanização, e nós sabemos que a qualidade de vida no campo é melhor. Aqui com os agricultores, estamos criando cooperativas para serem centros de venda dos agricultores. Mas há essa tendência de migração da mão de obra agrícola para a indústria, pois a agricultura está tendo pouca atenção. Eu acredito que seja melhor a vida no campo: “A coisa é mais artesanal, é mais humana”; na cidade estamos sempre querendo comprar mais, aquela moda não vale mais, aí vamos e compramos outras coisas e assim vai (representante da Prefeitura de Lontras).

Constata-se que, por um lado, esse fluxo migratório rumo aos centros urbanos tende a enfraquecer a agricultura familiar no Alto Vale, o que dilui, pouco a pouco, a densidade do patrimônio cultural herdado dos imigrantes europeus. Por outro, ressentindo-se das dificuldades financeiras adequadas, os agricultores sentem-se mais e mais estimulados a vender parte de suas propriedades e a aproveitar o restante em projetos de reflorestamento com espécies exóticas – a exemplo do eucalipto (Figura 1). Ou ainda, consideram fértil a idéia do turismo rural. Porém, fazem-se necessárias políticas de estímulo a essa atividade, antes de haver uma descaracterização territorial.



Figura 1: Instalações de uma facção sediada em propriedade agrícola

Fonte: Pesquisa de campo

Nota-se que, mesmo reconhecendo que essa microrregião é o berço de inúmeras nascentes do Vale do Itajaí, conforme o Comitê do Itajaí (2006), as práticas atuais de agrosilvicultura ecologicamente predatória vêm criando uma série de problemas em escala macrorregional, principalmente a poluição do rio Itajaí-Açu, o assoreamento das

margens, entre outros problemas. Segundo a visão de muitos dos entrevistados, as propriedades agrícolas estão em decadência e desestruturadas:

As propriedades estão ficando na mão de poucos. O filho do agricultor não tem grana para comprar terreno. As empresas têm mais capacidade e quem quer vender a terra quer lucratividade (representante Prefeitura de Dona Emma).

90% dos filhos dos agricultores trabalham com facção. Trazem um salário limpo no mês. As mulheres agora que têm o dinheiro, ganham mais do que os homens. As mulheres ganham muito mais na facção, mas isso pode ser o fracasso das famílias. Se alguém ainda trabalha na agricultura, aqui, é um velho aposentado. As mulheres mais velhas também não estão empregadas. A maior felicidade no Vale do Itajaí é a facção é a fartura, não temos mais miséria (agricultor associado ao Programa Acolhida na Colônia).

A agricultura não tem mais fôlego para sobreviver sozinha. A atividade de confecção contribui para a multifuncionalidade da agricultura. Em geral, o pai fica na agricultura e a mulher ou os filhos vão para a indústria, seja na confecção, seja no fumo, seja na metal-mecânica, etc. (representante Epagri).

Quanto às condições de trabalho – na agricultura e nas atividades do segmento têxtil-vestuarista – as ex-agricultoras que passaram a trabalhar em facções admitem que os melhores níveis de remuneração transformaram radicalmente seus projetos de vida, mesmo que os novos encargos sejam considerados, mentalmente, mais intensos e exaustivos do que os anteriores. Destaca-se que o trabalho nas facções de fundo de quintal ocorre em família; as crianças, os jovens e o próprio marido contribuem, muitas vezes, para que as demandas das *empresas-mães* sejam atendidas a tempo. Os depoimentos coletados exprimem, de forma eloqüentes, as percepções desses trabalhadores.

Depoimento 1: Na roça era mais sossegado, era menos estressante. Aqui na facção a gente está sempre nervosa, estressada para terminar o trabalho. As minhas filhas começaram cedo a trabalhar e me ajudar aqui na facção. Nessa atividade, a vantagem é que a gente ganha melhor todo o mês e vê o dinheiro. Há 18 anos trabalho na facção. O meu marido trabalha na roça, cultiva arroz e nas horas de folga ajuda nós aqui na facção. Em 1988, eu ainda trabalhava na roça. Comecei aqui na facção pois na roça estava dando pouco; costurar ganha sempre um pouco mais. O trabalho nosso não é assim tão bem pago, se eu olhar os detalhes da peça ela não é bem paga, mas pelo menos dá para viver, afinal temos que trabalhar. Antigamente, na roça era tudo mais difícil, se fosse agora que é mais mecanizado, sempre trabalhamos sozinhos. As filhas todas costuram desde pequena, apesar de terem faculdade. A família toda trabalhava, pois, quanto mais eu faço, mais eu ganho. Esse ano nós não paramos nenhum dia. Quanto à agricultura, no Alto Vale não dá mais. O pessoal está todo endividado. Se eu tivesse ficado na roça, duvido ter conseguido estudar as filhas. Trabalhando nesse setor vemos mais dinheiro. Investi um pouco na propriedade e na colheita, nos consertos. Tenho problema de coluna, mas não prejudicou o trabalho. Pagar a faculdade das

filhas não é fácil. Não voltaria a trabalhar na agricultura, só se eu fosse obrigada (representante de facção de fundo de quintal e propriedade agrícola).

Depoimento 2: A minha vida mudou. Antes eu trabalhava mais com o corpo – ajudava na lida com o leite, fazia comida para nós e para os nossos empregados, etc. Agora é mais cansativo a cabeça, pois eu tenho que fazer o molde, cortar, costurar, eu trabalho sozinha ainda, e tenho que agradar às clientes. Mas mesmo assim é melhor agora, pois pelo menos a gente vê mais retorno. O trabalho rende pouco na agricultura; a safra é só uma vez por ano e, quando a gente vai pagar tudo e fazer um balanço, vemos que sobrou menos do que a gente esperava. Durante esse início, o dinheiro que ganhei ajudou na construção dessa nova sala; mantenho a casa e ainda ajudo no conserto do tobata e outras melhorias na propriedade. Eu trabalho sozinha; levanto às 7 h 30 min; o marido tira o leite, ele faz o almoço para que eu possa trabalhar na confecção das roupas e eu fico aqui no atelier o dia inteiro. Também quero ensinar ele para ele me ajudar nas horas de folga. Eu passo a semana toda aqui dentro, também atendo às clientes que vêm aqui comprar e eu tenho algumas sacoleiras. Eu mesma faço as peças e vendo ou as sacoleiras vendem. Se eu fizesse facção, teria que contratar mais gente, pois para ganhar mais e pagar os funcionários com registro tem que produzir muito e direto. Hoje eu faço 20 peças por dia. O trabalho é mais cansativo mentalmente. Hoje trabalho o mesmo tempo que trabalhava na agricultura, pois em tempos de safra também é intenso o ritmo do trabalho. Acho o meu trabalho hoje mais tranquilo, pois antes tínhamos muitos empregados e eu fazia comida para todos e ainda cuidava da colheita e da criação. Eu queria ficar com os dois, o ateliê e a atividade agrícola, pelo menos até firmar bem aqui na confecção. A gente não quer reflorestar com pinus e eucalipto. Aqui na nossa propriedade é tudo árvore nativa, temos várias nascentes, uma grande e outras menores, mas a grande mesmo está lá em cima do morro. Não chegamos a reflorestar; temos pasto em tudo. Acredito que o meio ambiente melhorou, pois não usamos mais tanto agrotóxico e a terra descansa mais e usamos esterco (representante propriedade agrícola).

Depoimento 3: Eu já trabalhei em facção, ganhei dinheiro, foi bom pra gente, mas eu não troco a minha vida hoje por nada. Faço artesanato com restos de tecido que eu pego nas facções e vendo aqui; faço conservas e também tem café colonial. O que se faz com amor e carinho, se não dá lucro, dá felicidade. É preciso fazer o que gosta e gostar do que faz, mas o triste é que está para terminar a vida no campo. Em Lontras, ainda tem muito jovem trabalhando na agricultura. Quanto a renda na agricultura, era bom; hoje é ruim, é melhor trabalhar com turismo. O jovem não ficará mais na roça, lá na fábrica eles vivem bem limpos e aqui não. Os jovens sentem vergonha de serem filhos de agricultor. O jovem não quer permanecer na produção, pois o trabalho na agricultura é duro e sujo. Os jovens querem trabalhar num escritório limpinho. Quero ser um multiplicador da acolhida na colônia. A parceria é importante, acho que daria para integrar o turismo à atividade de confecção, pois as pessoas podem vir conhecer a propriedade e comprar roupas em Rio do Sul (Agricultor associado ao Programa *Acolhida na Colônia*).

A partir do depoimento 3 e da Figura 2, é possível sugerir as várias possibilidades de integração da atividade têxtil-vestuarista aos esforços que vêm sendo investidos, atualmente no fortalecimento da agricultura familiar multifuncional na região.



Propriedade integrada ao programa Acolhida na Colônia



Artesanato com sobras de tecido das empresas locais

Figura 2: Propriedade que se integrou ao programa Acolhida na Colônia

Fonte: Pesquisa de campo

Muito embora essas alternativas estejam ganhando visibilidade social crescente, em consequência da difusão dos princípios de desenvolvimento territorial sustentável, os impactos da indústria do vestuário tendem a ser mais intensos entre os jovens agricultores. Segundo a opinião de vários entrevistados, na medida em que a atividade têxtil-vestuarista é intensiva em termos de mão de obra, exigindo, ao mesmo tempo, um nível menor de escolaridade dos trabalhadores, as jovens que buscam alternativas de emprego nas cidades abandonam totalmente o campo ou trabalham na cidade sem perder os vínculos com a unidade produtiva familiar. As implicações decorrentes, sobretudo no que diz respeito às condições de reprodução das práticas agrícolas tradicionais, podem ser deduzidas da leitura do depoimento de um representante da Cooperativa Regional Agropecuária do Alto Vale do Itajaí - CRAVIL.

O pessoal sai da agricultura para outros segmentos. A agricultura carece de algumas soluções que devem ser urgentes. Aqui nós temos pequenas propriedades, em média de 25 hectares; as maiores têm 50 hectares. Nessas propriedades, vivem, em média, cerca de quatro pessoas: pai, mãe e filhos. No período recente, encontramos problemas de renda familiar, carecem de renda para que os jovens permaneçam. Os jovens passam a conhecer as condições da cidade (pela TV). Eles entendem que na cidade é melhor para viver e saem da propriedade e, nas cidades, submetem-se a salários baixos, pois não estão devidamente qualificados (falta aprendizado para eles permanecerem na cidade). O maior êxodo é o das meninas. **A consequência de tudo isso é que os meninos não encontram mais mulheres para casar** (grifo nosso). E a mulher na cidade não casa mais com alguém que está na agricultura, pois na roça o trabalho é duro, lida-se com animais, não tem sábado, domingo ou feriado. Muitas vezes, o cultivo do fumo deixa um cheiro na pessoa desagradável e aqui a grande concentração de renda está no fumo. Isso tudo leva a juventude sair do campo (Representante da CRAVIL).

Na opinião de muitos entrevistados, as possibilidades de uma integração mais orgânica e eficiente da agricultura familiar com o segmento têxtil-vestuarista são reais, como se pode notar nos depoimentos a seguir:

Tem atividades agrícolas que permitem que a mulher faça outras atividades. Arroz irrigado não ocupa a mulher o dia inteiro, possibilita outra atividade, como a atividade de costura. Normalmente, essa atividade de costura não acontece na propriedade; ela acontece na sede do município, há o deslocamento da mulher da propriedade. Dificilmente existe na propriedade esse tipo de atividade, ela acontece na sede distrital e municipal. Hoje se tem a facilidade do transporte coletivo (representante CRAVIL).

Os rapazes trabalham no período de safra na colheita do fumo (trabalho pesado que deveria ser revisto) e depois, na entressafra, trabalham em malharias. Há uma acomodação das prefeituras para criação de alternativas para os jovens. Acordos entre prefeituras e empresários. O impacto desse setor sobre a vida na agricultura tem duas realidades: a melhora econômica, como aspecto positivo; e, como aspecto negativo, é a perda de qualidade de vida no lado humano e social (representante Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais - CEMEAR).

Toda essa discussão, apontada por muitos entrevistados, demonstra as fragilidades atuais da agricultura familiar, motivo pelo qual as atividades industriais são tão atrativas, como se antevê a seguir:

Moral de muitas famílias é baixa, trabalham no sistema de monocultura. Poucos agricultores são autossuficientes, eles não produzem alimentos para sua subsistência; não fazem mais pão; não plantam mais o milho; não utilizam a biomassa (do fogão à lenha). Produzem apenas cebola; fumo; arroz (representante da Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI).

Agricultor precisa de sustentabilidade. A atividade dessa indústria é benéfica, pois a renda gerada por esse segmento na agricultura permite a permanência e a convivência no meio rural. No médio e longo prazo, a produção de alimentos irá reduzir consideravelmente. Logo, logo nós vamos comer jeans, sapatos, roupas (representante Epagri).

Se por um lado a atividade da indústria de confecções é benéfica ao aumento da renda das famílias; por outro, é possível perceber que as apostas realizadas dentro do segmento do vestuário criam certa dependência econômica, sobretudo junto à população dos pequenos municípios. No município de Vitor Meirelles, por exemplo, a atividade do vestuário já representa quase 30% da mão de obra formal empregada. Tal situação tem criado expectativas junto aos membros de associações empresariais e ao poder público local, descrito pela fala a seguir:

A base do município é a agricultura. Fora a agricultura e o comércio, são as facções que sustentam o município. Se um dia as facções fecharem, será um problema. Está havendo a migração da atividade agrícola para as facções de mulheres e moças. Os homens permanecem na agricultura e as mulheres e moças ficam nas facções. Os mais jovens (homens) se adaptam trabalhar nesse setor, mas os mais velhos não se adaptam (representante prefeitura de Vitor Meirelles).

Além disso, muitas propriedades já vêm se descaracterizando em função do plantio de espécies exóticas, como ilustrado na Figura 3.

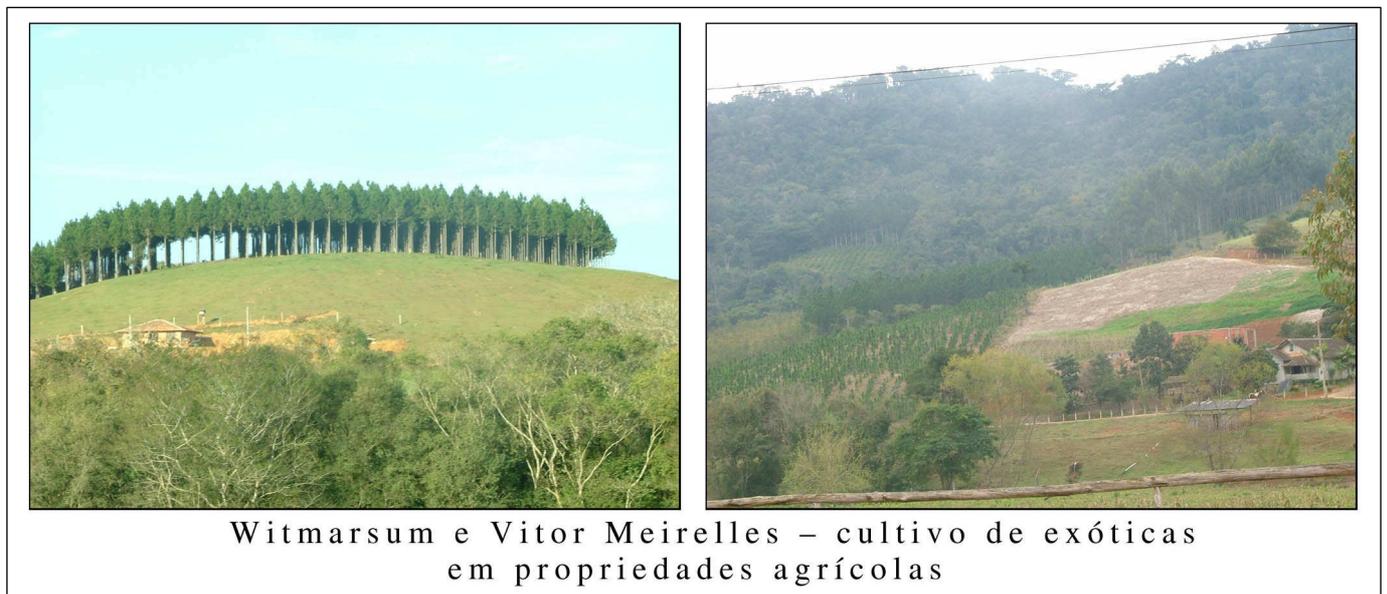


Figura 3: Fotos do cultivo de exóticas em propriedades agrícolas

Fonte: Pesquisa de campo.

Por meio da ilustração dada pela Figura 3 e do Quadro 2 podemos verificar os principais impactos do segmento do vestuários sobre o ambiente biofísico e social. Ou seja, diante do quadro descrito anteriormente, apresentam-se inúmeros impactos direto ao meio ambiente: aumento do cultivo de espécies exóticas que interferem na dinâmica

do ecossistema local e que contribuem para a redução das nascentes que alimentam os rios locais. Sem contar os impactos sobre o modo de vida e a cultura local, como é o caso da agricultura familiar. A partir desse balanço cursivo dos impactos mais expressivos da aglomeração industrial têxtil-vestuarista, que complementa a avaliação dos impactos gerados sobre o meio ambiente biofísico e social, é possível concluir que se está ainda muito distante do ideal de um sistema produtivo e de relações entre setores, compatível com a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse cenário, evidencia-se, igualmente a ausência de um sistema de governança territorial capaz de viabilizar uma coordenação eficiente das ações produtivas desenvolvidas nos vários setores econômicos, e também de vincular, efetivamente, a economia a uma perspectiva social e ecológica mais ampla e de longo prazo (ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006). Isso significa, portanto, que a articulação intra e entre empresas é ainda muito baixa, a ponto de não garantir uma preocupação efetiva dos empresários e instituições de apoio no que tange à sustentabilidade socioambiental do território. Se não existem conexões entre as empresas do segmento têxtil-vestuarista da região em foco, há ainda menos integração e conexão quando comparamos com outros setores, como é o caso da atividade agrícola. Da mesma maneira, ao analisarmos a gestão pública, observamos a falta de preocupação com os impactos no médio e longo prazo da inversão de atividades, da agricultura para a indústria, denotando que a noção de curto prazo ainda é predominante no âmbito da gestão pública, quando os gestores municipais preocupam-se mais com a arrecadação de impostos do que com a qualidade territorial.

Por outro lado, também se avalia a potencialidade da região no que se refere a embriões de experiência vinculadas a uma nova proposta de desenvolvimento, como a ilustrada anteriormente, da integração entre o segmento têxtil-vestuarista às atividades de artesanato. Além disso, seria necessário identificar, com mais precisão, os espaços de manobra para a definição de um novo modo de coordenação e governança local, como parte de uma estratégia de criação de alternativas baseadas no enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA; CAZELLA, 2004; ANDION; SERVA; LÉVESQUE, 2006). Embora não possamos indicar com precisão tais espaços, é preciso ressaltar, também, o fato de que existem instituições que poderiam ser promotoras de ações em prol da integração salutar entre indústria, agricultura e o meio ambiente. Apontam-se inúmeras dessas instituições, como: sindicatos dos trabalhadores e empresários; associações industriais e comerciais; universidades; escolas técnicas;

ONGs; órgãos públicos, etc. No que se refere ao aparato institucional, conclui-se que ele existe, porém poucas são as iniciativas, e bastante fragmentadas, rumo à criação de estratégias integradas de desenvolvimento territorial.

No que se refere à questão socioambiental, Poleza (2003) salienta, ainda, em sua dissertação de mestrado, que a forma de ocupação e povoamento do Alto Vale, herdeira da cultura europeia, praticamente ignorava, por exemplo, o balanço de benefícios e custos ecológicos e sociais da dinamização socioeconômica da região nos primeiros tempos. Tais práticas parecem ser reproduzidas até hoje e, possivelmente, contribuem para que a questão socioambiental seja marginalmente internalizada pelos atores sociais integrantes do aglomerado têxtil-vestuarista. Sem contar que o rompimento com raízes culturais forte com o processo de desmobilização da agricultura frente a pressão de outros setores industriais, como é o caso do segmento têxtil-vestuarista.

Na pesquisa de campo, observou-se também que a preocupação dos *stakeholders* locais, com o resgate do enraizamento cultural da trajetória de desenvolvimento regional, permanece atrofiada. Cabe destacar que os descendentes de italianos têm se engajado mais decididamente na organização de ações culturais e coletivas, mas os resíduos da cultura alemã vêm-se dissipando rapidamente. Seguindo na contramão dessa tendência, os empresários do setor metal-mecânico, na opinião da maior parte dos entrevistados, têm-se mostrado mais engajados no investimento do resgate da cultura local do que os do têxtil-vestuarista, talvez pelo fato de desfrutarem de uma posição mais consolidada do ponto de vista mercadológico.

É possível perceber que, em vários depoimentos, emergem referências a uma tomada progressiva de consciência da importância da variável socioambiental na massa da população e da própria preocupação com a qualidade territorial. Embora a problemática do desenvolvimento territorial sustentável esteja ainda muito aquém do ideal, há potencialidades para se introduzir uma nova perspectiva de desenvolvimento para a região por meio dos arranjos institucionais locais e, sobretudo, por meio da mobilização dos atores locais.

6 Considerações finais

O setor de confecções tem contribuído, sobremaneira, para aquecer o mercado de trabalho no Alto Vale do Itajaí; possibilita, assim, uma redução parcial das migrações campo-cidade. Cabe destacar que a preocupação com a coordenação interinstitucional e

com a internalização efetiva da dimensão socioambiental nas práticas produtivas tem, no entanto, permanecido claramente em segundo plano. As análises oferecidas comprovam, efetivamente, que estamos distantes de um modelo de governança territorial que contemple a integração sistêmica e equilibrada entre agricultura e segmento do vestuário na região em foco.

Além disso, a utilização da base de recursos naturais vem sendo promovida de maneira a hipertrofiar o cálculo econômico de curto prazo, o produtivismo e a concorrência baseada na produção *standardizada*, em detrimento da promoção de relações de ajuda mútua, de sinergias interfirmas, da competitividade sistêmica e da qualidade de vida do conjunto da população (SACHS, 2007). De um lado, as evidências sugerem, efetivamente, que os *stakeholders* da cadeia produtiva têxtil-vestuarista, no Alto Vale do Itajaí, não alcançaram ainda o nível de consciência e de motivação necessário à criação de uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais, como parte de uma dinâmica inventiva e participativa de criação de *vantagens diferenciadoras* (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2005). Em outras palavras, os empresários não estão, ainda, preocupados com uma dinâmica participativa de *construção territorial*.

Conclui-se, então, que estamos observando o surgimento de um processo de substituição progressiva da agricultura familiar, como descrito nas seções anteriores, por uma atividade industrial que poderia ser caracterizada como uma proto-indústria baseada na mão-de-obra familiar, complementada por um processo de êxodo agrícola. Muito mais do que o aparecimento de um arranjo produtivo local informal, ou seja, em estágios intermediários, vimos um fenômeno clássico de enfraquecimento da agricultura familiar por substituição das atividades agrícolas por atividades industriais. Portanto, a fragilidade da atividade agrícola na região em questão, por um lado, abre precedente para o fortalecimento de atividades industriais, principalmente pela desmobilização dos jovens agricultores em garantir a sobrevivência da atividade e das propriedades rurais.

Por outro lado, vimos impactos biofísicos das propriedades e da atividade agrícola no que tange aos recursos hídricos e faunísticos, mas também impactos sociais importantes, com destaque para o êxodo agrícola que é indiretamente promotor do cultivo significativo de espécies exóticas. Embora o aumento desse cultivo tenha sido promovido pelo crescimento da indústria madeireira, a fragilidade e migração da atividade agrícola frente às outras atividades produtivas, como a da indústria do vestuário, torna o processo de cultivo de espécies exótica ainda mais acelerado. Tal

constatação demonstra a urgência de discussões sobre os rumos do desenvolvimento regional, já que esse cultivo de espécies exóticas, aos poucos, irá descaracterizar a paisagem local, comprometendo os potenciais do turismo rural.

É importante frisar que tais aspectos retratados no transcurso deste artigo contribuí quanto a tomada de consciência dos custos indiretos ou “camuflados” da dinâmica industrial frente a dinâmica da atividade agrícola na região do Alto Vale do Itajaí na atualidade. Salienta-se que o impacto sobre o uso do solo e dos recursos hídricos são considerados impactos diretos dessa atividade sobre o meio ambiente local. Os impactos sobre a fauna e flora e os impactos sociais são, todavia, impactos indiretos. Embora o impacto social não tenha chamado a atenção durante as entrevistas, ele mostrou-se negativo e positivo. Negativo, na medida em que a migração de um contingente de agricultores para zonas urbanas acarreta inúmeros problemas, desde a venda da propriedade aos madeireiros até o inchaço nas regiões urbanas. Positivo, na medida em que é uma alternativa para os trabalhadores rurais ociosos ou subocupados da microrregião e que em função da degradação das condições de vida nas propriedades encontram uma alternativa socioeconômica para suas famílias.

Concluí-se, a partir do exposto, que a região ainda não tem consciência do processo que se torna cada vez mais intenso. Além disso, observamos a necessidade de ampliação do diálogo entre os atores sociais envolvidos nas dinâmicas produtivas locais, especialmente entre os setores industriais e agrícola. Tais discussões poderiam ampliar, com efeito, o rol de alternativas para uma dinamização articulada desses setores, da sociedade e do meio ambiente local.

Importa frisar, todavia, que apesar dos impactos socioambientais destacados anteriormente e das dificuldades de integração dos diversos setores produtivos locais, agricultura *versus* indústria têxtil-vestuarista, há o surgimento de iniciativas governamentais que apontam no sentido da melhoria da qualidade ambiental na microrregião e que, conseqüentemente, buscam a integração de vários atores sociais. Sem contar que no rol de potencialidades existentes no caso em questão, tem-se as iniciativas ainda que embrionárias, da ancoragem territorial de um conjunto bastante expressivo de MPEs, somadas à existência de organizações regionais da sociedade civil preocupadas com as questões socioambientais. Tais elementos aliados podem, efetivamente, contribuir com a articulação entre campo e cidade, já que as ONGs locais têm grande preocupação com questões relacionadas à agricultura familiar e já vêm observando algumas fragilidades, como é o caso da migração de inúmeros jovens

agricultores para o segmento têxtil-vestuarista. Além disso, a pesquisa avaliou a existência de espaços de manobra para a viabilização de estratégias alternativas de desenvolvimento entre agricultura e indústria, como é o caso da articulação das instituições locais, empresas, ONGs, poder público, instituições de apoio, por meio de fóruns que coloquem em evidência as boas práticas de dinamização territorial.

7 Referências

ANDION, Maria Carolina; SERVA, Maurício; LÉVESQUE, Benoît. O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 1, n.2, mar 2001.

BOURQUE, Gilles L. De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie. **Cahiers du CRISES**. Coleção Working Papers, Quebec, n. ET0006. Mars 2000.

CARRIÈRE, Jean-Paul e CAZELLA, Ademir Antônio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

CAZELLA, Ademir Antônio. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

COMITÊ DO ITAJAÍ. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Itajaí: construindo o futuro da bacia**. Blumenau: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, set 2006.

COURLET, Claude. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique**. Paris: L'Harmattan, 2001.

_____. e SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 1994.

GALTUNG, Johan. Self-reliance: concepts, practice and rationale. In: _____. et. al. (eds.). **Self-reliance. A strategy for development**. Geneva: IDS e London: Bogle-L'Ouverture, 1977. p. 19-44.

LASTRES, Helena M. M. e CASSIOLATO, José Eduardo. **Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ielpr.org.br/apl/uploadAddress/glossario.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2007.

_____. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas**, Fortaleza, [s.n.]. v. 9, n. 2, dez. 2003. p. 189-195.

LEMOS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais**. Rio de Janeiro, 2003. 269f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LENZI, Cristiano Luis. Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do “Modelo Catarinense”. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (Org). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: FURB, 2000.

LÉVESQUE, Benoît. **Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale**. Cahiers du CRISES. Avril, 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes. Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da Região do Vale do Itajaí. In: **Programa Estratégico de Desenvolvimento com Base na Inovação: Relatório Geral**. Florianópolis: UFSC/PPGE/NEITEC, out. 2005, p. 340-391.

MAILLAT, Denis. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALET, A. et TORRE, A. (Hrsg): **Economie industrielle et économie spatiale**. Paris: [Economica], 1995. p. 211 –232.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MENEZES, Elaine C. O *et al.* Modelo de análise do projeto de pesquisa **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do Estado de Santa Catarina: estudo de caso na região do Alto Vale do Itajaí**. Florianópolis: [s.n.], 2006. (Mimeo)

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina: Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí**. Florianópolis, 2009. 317f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2009.

PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global**. Florianópolis: [s.n.], 2005. (Palestra proferida junto ao Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Agronomia, CCA). Florianópolis: UFSC, 2005.

PIORE, Michael J., SABEL, Charles F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

POLEZA, Maristela Macedo. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. 2003. 300 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB. Blumenau: FURB, 2003.

PORTER, Michael. **Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições**. **Competição**, Rio de Janeiro, Campus, 1999.

REDESIST. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>> . Acesso em: 30 abr. 2007.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Distrito Federal: Embrapa, 2002, p. 21-37.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Les roles des études d'impact des projets miniers**. Paris, 1989. 305 f. (Tese de Doutorado, Economia dos recursos naturais e desenvolvimento). L'École National Superieur des Mines de Paris, 1989.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency and increasing returns. **IDS Working**, v. 50, Mar. 1997a.

_____. Eficiência coletiva: caminho para o crescimento da indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: FEE, 1997b, v. 18, n. 2, p. 164-200.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANCLAY, Frank. International principles for social impact assessment. **Impact assessment and project appraisal**, v. 21, n. 1, mar. 2003.

VEIGA, José Eli da. **Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos>. Acesso em: jan. 2006. (Relatório de pesquisa)

VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

_____; CAZELLA, Ademir Antônio (org). **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**. Florianópolis: [s.n.], 2004. (Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa - mimeo)

_____; CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

ZANELLA, Fiorelo. **Das clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica**. Blumeau: Nova Letra, 2007.